

A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO CEPAE

IVONE GOMES DE SANTANA MOURA*

RESUMO

Este artigo é resultado de projetos de intervenção, pesquisa e extensão que tem, dentre outros, o objetivo de relatar a prática do Serviço Social no Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás, desde seu surgimento até 2008.

PALAVRAS-CHAVE: serviço social, escola, intervenção

The importance of social services in cepae

ABSTRACT

The aim of this article, resulting from intervention, research and outreach projects, is to describe the practice of the Social Services at the Center for Teaching and Applied Research in Education, at the Federal University of Goiás, from its foundation up to 2008.

KEYWORDS: social services. school. intervention

Como resultado de várias discussões na Universidade Federal de Goiás, em 1994 foi criado o Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae/UFG) com a finalidade de realizar ensino, pesquisa e extensão, além de servir como instrumento de participação na formação do educador nas diversas áreas de conhecimento.

Para atender a essa nova demanda, foram elaborados no Cepae o projeto de regimento e o projeto político pedagógico. Nesse contexto, a Equipe de Serviço Social do Setor de Apoio à Ação Pedagógica sistematizou suas ações e apresentou uma proposta de ação, com as atribuições do Serviço Social do Cepae, para ser desenvolvida até 2008.

Desse modo, este artigo foi elaborado tendo como referência o que é o Serviço Social, como ele surge no Cepae e as várias intervenções realizadas pela Equipe de Serviço Social para reflexão sobre a importância do trabalho da(o) assistente social nesse espaço.

* Assistente Social do Cepae aposentada e especialista em Serviço Social e movimentos sociais.
Email: ivemoura@hotmail.com.

Serviço Social é uma profissão que se especifica no quadro da divisão social do trabalho, com intervenção direta nas questões sociais. O seu exercício profissional é regulamentado pela lei 8.662, de 7 de junho de 1993, publicada no Diário Oficial da União em 08/06/93. O exercício da profissão exige curso superior de Serviço Social e registro nos Conselhos Regionais, e os profissionais recebem a designação de assistentes sociais. Assim, do ponto de vista legal, são atribuições privativas da(o) assistente social, dentre outras, “planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidades de Serviço Social” (Franco e Barelli, [1993], 2004, p.85).

Mediante o domínio de conhecimentos específicos, a(o) assistente social pode, ainda, “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” (Franco e Barelli, [1993], 2004, p.84). Além disso, pode realizar estudos sócio-econômicos com as pessoas que utilizam os serviços públicos para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos das administrações públicas, privadas e outras entidades.

Pelo fato de a origem da profissão estar historicamente determinada pelas relações sociais inerentes ao sistema capitalista, ela surge como um mecanismo utilizado pela classe dominante, materializando-se por meio da caridade e da filantropia.

Atualmente, essa profissão possui um projeto ético-político e seus princípios estão pautados na defesa dos direitos humanos, civis, sociais e políticos; na defesa da socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; no compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual dos profissionais.

Tendo em vista que as políticas sociais são instrumentos por meio dos quais se materializam os direitos sociais, elas passam a ser o foco central do Serviço Social. Assim, as bases que sustentam o projeto ético-político do Serviço Social possuem uma dimensão político-jurídica com leis referentes ao exercício profissional e leis advindas da Ordem Social da Constituição Federal de 1998. Estas leis estão em interface com as diversas políticas sociais nas áreas de saúde, assistência social e previdência, educação, habitação, apoio a crianças, adolescentes, idosos e outros.

Na área educacional podemos destacar a Lei n. 8.742 /1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – (Franco e Júnior, [1993], 2004), que dispõe sobre a Organização da Assistência Social; a Lei

n. 9.394/1996, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – (Cardoso e Souza, [1996] 2004), e a Lei n. 8.069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - (Brasil, [1990] 2006). Todas visam garantir proteção às famílias, crianças e adolescentes, dividindo com as instituições família e escola as responsabilidades de se formar um cidadão inserido no circuito de bens, serviços e riquezas sociais.

Portanto, o campo de atuação do Serviço Social é bastante amplo, abrangendo instituições públicas, filantrópicas e privadas, de âmbitos federais, estaduais e municipais; empresas; organizações populares; entidades e instituições não governamentais e de ensino.

Nas instituições onde a(o) assistente social mantém contato direto com as pessoas que utilizam os serviços ali prestados, o Serviço Social pode atuar estimulando a organização delas para reivindicar seus direitos civis, políticos e sociais, a melhoria dos serviços prestados e o atendimento de suas necessidades básicas.

Nas instituições públicas, ou privadas, em que as funções desses profissionais são predominantemente vinculadas à prestação de serviços, sua ação deve estar voltada para a natureza do serviço prestado.

O Serviço Social surgiu no Colégio de Aplicação (atual Cepae) em 1977, com a mudança do critério de admissão do corpo discente, que passou de seleção para sorteio de vagas. A admissão, a partir daí, de crianças e adolescentes provenientes das várias camadas sociais foi fundamental para o surgimento de um novo profissional para atuar em uma equipe multiprofissional.

Na equipe multiprofissional, os assistentes sociais assumem, em defesa da continuidade do trabalho dos docentes, o papel de detentores das causas sociais, geradoras de problemas criados pelas crianças e adolescentes pobres, como demonstra o Plano de Ação do Serviço Social do Serviço de Orientação Educacional (SOE) do Colégio de Aplicação (1978):

“A criação do Serviço Social no Serviço de Orientação Educacional do C.A. se deu em face à necessidade de completar a equipe multiprofissional do SOE, a fim de detectar as causas sociais geradoras de situações problemáticas, oferecendo subsídios ao trabalho dos demais técnicos”. (p.1)

Assim, no decorrer da história do Serviço Social, nesse centro, esses profissionais desaparecem e reaparecem na estrutura organizacional, seja

por reforma administrativa ou por processos naturais de aposentadoria. Ao reaparecerem, em 1984, percebe-se que a atuação do Serviço Social, em uma instituição como o Cepae, tem como princípio uma concepção dialética própria da profissão e de seu papel em uma equipe multiprofissional.

Uma vez que a presença dos direitos sociais na Constituição, em regimentos ou normas, não garante automaticamente a sua efetiva materialização, o caminho percorrido na história do Serviço Social do Cepae, para construir uma proposta fundamentada nos princípios de cidadania e inclusão social e comprometida com a qualidade dos serviços prestados, foi o de propor projetos conjuntos com os próprios segmentos, com outras unidades da UFG e com instituições prestadoras de serviços, em interface com a educação (Moura, 2000).

Assim, ao concentrar os pensamentos na inclusão social como um processo contrário à exclusão social, pode-se perceber uma diferenciação entre os estudantes que estavam dentro e os que estavam fora das possibilidades de acesso e usufruto de bens, serviços e direitos que constituem o patrimônio de todos, na UFG. Isso gerou uma demanda profissional para a Equipe de Serviço Social do Cepae, pautada no acesso dos estudantes aos programas e projetos desenvolvidos dentro e fora da UFG. Para tanto, na década de 80, tornou-se importante analisar e interpretar as atividades do Serviço Social e as linhas pedagógicas da escola; buscar os fundamentos que permitem compreender o Serviço Social em uma perspectiva dialética; levantar um referencial teórico para o Serviço Social, na perspectiva teórica e prática em que a relação objeto e sujeito se constrói historicamente, e propor projetos de pesquisa e intervenção. Ao entender a relevância das relações que o Serviço Social estabeleceu com as questões sociais, seu objeto, o método do conhecimento das realidades sociais tornou-se o caminho percorrido em suas intervenções.

Portanto, a década de 90 foi marcada pelos resultados das análises realizadas sobre a prática profissional dos anos anteriores, e desenvolveu-se o projeto de pesquisa “Um estudo das especificidades e características dos alunos e famílias e a construção de uma proposta do Serviço Social no Cepae/UFG” (Moura, 1996a) como caminho para construir uma proposta de Serviço Social para essa escola. Foram elaborados também projetos de intervenção: “O Serviço Social e a família em parceria na Escola” (Moura, 1995); “Visitando e construindo conhecimento” (Moura, 1996b); “Visitas como suporte para estudos ambientais interdisciplinares e multipro-

fissionais” (Rabelo; Santa’Ana; Moura, 1996); “Saúde do escolar: identificação e efetivação de recursos” (Silva; Moura, 1997); “Cepae e família: um diálogo sobre educação” (Moura; Nascimento, 2000); “Cidadão do amanhã” (Moura et al., 2000); “O questionário sócio-econômico-cultural como instrumento para formulação de políticas sociais” (Moura, 2002). Tais projetos propuseram-se a buscar a interdisciplinaridade, visto que são características fundamentais de um pensar interdisciplinar o projeto, a intencionalidade, o rigor e o agir em torno de um fazer coletivo.

No período de 2002 a 2008, os resultados obtidos em “Um estudo sobre o uso de drogas e a construção de uma proposta de prevenção para o Cepae/UFG” (Silva et al., 2004) remetem-nos à reflexão sobre o significado do uso de substâncias psicoativas ou drogas no processo de ensino e aprendizagem. Esse estudo teve como objetivo conhecer as condições de vida, comportamentos relacionados à sexualidade, incidência e prevalência do uso de drogas da comunidade do Cepae, para propor uma intervenção preventiva para os estudantes da UFG. Dele participaram 449 pessoas, sendo 329 alunos, 34 pais, mães ou responsáveis por estes estudantes e 89 servidores docentes e técnico-administrativos.

Para atender a esta questão emergente, a assistente social buscou intervenções com a participação de educadores da escola e outras unidades prestadoras de serviços da UFG em interface com a educação. Assim, desde 2004 os alunos do Centro de Ensino puderam fazer uso dos serviços médicos, psicológicos e sociais oferecidos pelo programa *Saudavelmente*, oferecido pela Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade da UFG.

Em relação às famílias, buscou-se refletir sobre sua participação na escola, na perspectiva de prevenção às situações de risco como drogas e suicídio, que podem interferir no pleno desenvolvimento das atividades escolares das crianças e adolescentes. (Teixeira et al., 2006).

Caminhando por vias poéticas, com músicas e poemas sob o olhar do Serviço Social em interface com a educação, desenvolveu-se, desde 2006, o projeto “Serviço Social e família: um diálogo sobre aprendizagem” (Moura; Cunha, 2007), que se transformou em projeto de extensão, denominando-se “Escola e família: um diálogo sobre aprendizagem”. Com o objetivo de democratizar os serviços e as informações contidas no Portal da Secretaria Nacional sobre Drogas, desenvolveu-se, em 2008 o projeto “Escola e família: um diálogo sobre drogas” (Moura; Carrijo, 2007). Já em relação aos educadores, a assistente social buscou organizar cursos para socializar

conhecimentos científicos e técnicos que lhes permitissem abordar o tema drogas na escola.

Considerando-se escolha profissional em uma perspectiva interdisciplinar, desenvolveu-se o projeto “Reforma do ensino médio: o adolescente e a escolha profissional” (Carrizo; Pereira; Moura, 2007).

Ao analisar a reforma curricular do ensino médio no Cepae sob a perspectiva dos alunos (Degado et al., 2007), outra ordem de questões associadas à cidadania se impõe como a universalização que garante igualdade de direitos a todos e a legitimação de direitos como preocupações que devem estar inseridas no cotidiano escolar.

Gadotti (2004, p.57) ressalta como primeira condição de uma escola que pretenda ser cidadã: “Ser para todos e democrática na sua gestão, quanto ao acesso e permanência. Ter um caráter social comunitário, espaço do público para elaboração da sua cultura. Ao concordar com o autor, foi possível entender que o Cepae será uma escola para todos quando garantir a universalidade, a permanência, e a qualidade de seu atendimento. A universalidade foi conquistada e legitimada pela forma de ingresso dos estudantes, ou seja, pelo sorteio de vagas. A permanência associa-se às políticas públicas que podem assegurar as condições necessárias para o educando ter acesso aos materiais didáticos, ao transporte, ao uniforme, à alimentação e a outros aspectos que garantam a frequência e auxiliem o aproveitamento escolar.

Juncá (1996) esclarece que o termo exclusão tem passado por vários significados na realidade brasileira. Associada à desigualdade social, a exclusão se constrói como um resultado perverso do capitalismo brasileiro, a partir de um quadro de carências básicas, e culmina nas exclusões econômicas, sociais e políticas, em situação de fome, analfabetismo, subemprego, falta de habitação, escola, saúde, enfim, de perda da dignidade humana e dos direitos sociais.

Sendo assim, a não permanência na escola, provocada pelas condições sócio-econômicas das famílias ou pela qualidade de serviços prestados, pode configurar uma situação em que o Serviço Social deva intervir. Tal intervenção consiste em orientar as famílias e estudantes sobre seus direitos e deveres, democratizar o acesso aos programas de assistência aos educandos, subsidiar ações aos demais profissionais que ali atuam, por meio de pesquisas que contribuam com a análise da realidade social de estudantes, famílias e servidores técnico-administrativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao refletir sobre a relação que o Serviço Social construiu com a comunidade escolar do Cepae e com profissionais de outras unidades da UFG, a partir de 1984, para que seus estudantes tivessem acesso aos serviços de saúde em interface com a educação (como atendimento médico, psicológico e social), concluiu-se que o caminho percorrido mobilizou as condições objetivas da realidade.

Um trabalho com ações críticas, isto é, pensando as diferentes experiências vivenciadas como questões sociais, só se efetivará caso a escola assuma seu papel nesse processo, colocando-se como uma instituição que pensa sobre as questões sociais. Os educadores que compõem a escola são os trabalhadores que poderão ser protagonistas de uma educação democrática, se estiverem pensando na sua própria realidade. Nesse sentido, é importante ressaltar que “[...] a diferença entre o empírico (real aparente) e o concreto (real pensado) são as abstrações (reflexões) do pensamento que tornam mais completa a realidade observada” (Pires, 1997, p. 1).

Entretanto, pensar a escola como espaço social, de inclusão ou de gestão democrática, tem presente o desafio de articular conhecimento com necessidades sociais; garantir o acesso e a permanência aos estudantes, e assumir a responsabilidade de efetivar a participação da comunidade escolar na organização e no funcionamento da escola. Esse processo exigiu o desenvolvimento de ações conjuntas com organizações governamentais e não governamentais, e ações interdisciplinares com os diversos profissionais que atuam na educação.

Em relação aos desafios enfrentados pela Equipe de Serviço Social, concordamos com Yamamoto (2007), ao afirmar que as questões sociais fazem parte da dinâmica capitalista e se expressam por

[...] desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gêneros, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (p.160).

Sendo assim, vale ressaltar que a importância do exercício profissional do assistente social no Cepae é inquestionável, visto que os direitos dos estudantes contidos na LDB, no ECA, na LOAS e no Regimento do

Cepae não garantem, por si só, o acesso aos serviços sociais em interface com a educação, existentes na própria UFG e em outras instituições que priorizam essa interface.

As questões sociais, portanto, exigem, de um lado, profissionais capazes de potencializar intervenções por meio da pesquisa e de ações diretas, “[...] estimuladora[s] da participação dos sujeitos nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los” (Iamamoto, 2004, p. 295). Por outro lado, é necessária uma visão crítica das questões sociais, que coloque as políticas sociais como primazia do Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Cidadania. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Lei Federal 8.069/1990. In: *Estatuto da criança e do adolescente*. Goiânia: CEDCA-GO, 2006.

BRASIL. Lei n.9.394, de 20/dez/96. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: MAIA, M.C. et al (Orgs). *Assistente social: a serviço da cidadania – Coletânea de Leis e Resoluções, CRESS 19ª Região GO/TO*, Goiânia, maio, 2004. p. 199-238.

DELGADO, A. F. et al. A reforma curricular do Ensino médio no Cepae sob a perspectiva dos alunos. *Solta a Voz*, Goiânia, n. 2, p.135- 156, jul./dez., 2007.

FRANCO, I.; BARELLI, W. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993 – Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. In: MAIA, M.C. et al (Orgs). *Assistente social: a serviço da cidadania – Coletânea de Leis e Resoluções, CRESS 19ª Região GO/TO*, Goiânia, maio, 2004, p. 83-91.

FRANCO, I.; JÚNIOR, J.M. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. In: MAIA, M.C. et al (Orgs). *Assistente social: a serviço da cidadania – Coletânea de Leis e Resoluções, CRESS 19ª Região GO/TO*, Goiânia, maio, 2004, p. 141-159.

GADOTTI, M. *Escola cidadã*. São Paulo: Cortez, 2004.

GOIÂNIA/CEPAE/UFG. Serviço de Orientação Escolar do Colégio de Aplicação (SOE/CA). Plano de ação do Serviço Social. Goiânia: Cepae, 1978.

IAMAMOTO, M. V. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sócio-jurídica. In: SALES, M. A; MATOS, M. C. e LEAL, M. (Orgs.) *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Cortez, 2004. p. 261-298.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007.

JUNCÁ, D.C.M.de. Ilhas de exclusão: o cotidiano dos catadores de lixo de Campos. *Serviço social & Sociedade*, ano XVII, n.52, p.106-126, 1996.

MOURA. I.G.S. O Serviço Social e a família em parceria na escola. *Solta a Voz*, n.7, ano 6, p.39-41, dez., 1995.

_____. Visitando e construindo conhecimento. *Solta a Voz*, n.8, ano 7, p.85-6, dez., 1996b.

_____. A construção da proposta do Serviço Social no Cepae/UFMG. *Fragments de Cultura*. v.10, n. 4, p. 785-808, jul./ago. 2000.

_____. O questionário sócio-econômico-cultural como instrumento para formulação de políticas sociais. *Solta a Voz*, Goiânia, v.1, n. 2, p.72-79, jan./dez., 2002.

MOURA, I. G. S., CUNHA, L. A. da. A poesia e a família: relato de experiência. *Solta a Voz*, Goiânia, n. 2, p.197-206, jul./dez., 2007.

MOURA, I., G. S. et al. Cidadão do Amanhã: Relato de uma experiência multiprofissional. *Solta a Voz*, n.11, ano 10, p.90-97, dez.2000.

MOURA, I., G., S.; NASCIMENTO, T.C.N.. Cepae e família: um diálogo sobre educação. *Solta a Voz*, n.11, ano 10, p.24-28, dez.2000.

PIRES, M. F. C. O materialismo histórico –dialético e a Educação. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v.1, n.1, 1997.

RABELO, D., SANTA'ANA, G.R.S. MOURA. I.G.S. Visitas como suporte para estudos ambientais interdisciplinares e multiprofissionais. *Solta a Voz*, n. 8, ano 7, p.87-9, dez., 1996.

TEIXEIRA, C. M. F. S. et al. Escola como espaço de prevenção às situações de risco: relato de Experiência. *Solta a Voz*, n. 2, p.92-102, jul./dez., 2006.